

FE 50 ANOS – 1966-2016:

MEMÓRIA E REGISTROS DA HISTÓRIA DA FACULDADE
DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Lívia Freitas Fonseca Borges

José Luiz Villar

Wivian Weller

(Org.)

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira
: Fernando César Lima Leite
: Estevão Chaves de Rezende Martins
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
: Jorge Madeira Nogueira
: Lourdes Maria Bandeira
: Carlos José Souza de Alvarenga
: Sérgio Antônio Andrade de Freitas
: Verônica Moreira Amado
: Rita de Cássia de Almeida Castro
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

FE 50 ANOS – 1966-2016:

MEMÓRIA E REGISTROS DA HISTÓRIA DA FACULDADE
DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Lívia Freitas Fonseca Borges

José Luiz Villar

Wivian Weller

(Org.)

EDITORA



UnB

Preparação e revisão : Denise Pimenta de Oliveira
: © 2018 Editora Universidade de Brasília
: Direitos exclusivos para esta edição:
: Editora Universidade de Brasília
: SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
: 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
: Telefone: (61) 3035-4200
: Site: www.editora.unb.br
: E-mail: contatoeditora@unb.br
: Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação
: poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem
: a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

F288 FE 50 anos : 1966-2016 : memória e registros da história da
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília / Lívia
Freitas Fonseca Borges, José Luiz Villar, Wivian Weller,
[organizadores]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília,
2018.
420 p. : 21 cm.

ISBN 978-85-230-1215-1.

1. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação –
História. 2. Educação superior. 3. Pedagogia. 4. Educação –
História. I. Borges, Lívia Freitas Fonseca (org.). II. Villar, José
Luiz (org.). III. Weller, Wivian (org.).

CDU 378(81)(09)

SUMÁRIO

- 7** **Apresentação**
Lívia Freitas Fonseca Borges, José Luiz Villar e Wivian Weller
- 17** **Prefácio**
Lady Lina Traldi
- 23** **Faculdade de Educação, célula *mater*
da Universidade de Brasília**
Maria Zélia Borba Rocha e José Luiz Villar
- 91** **Departamento de Métodos e Técnicas (MTC):
percursos, memórias e identidade**
Antonio Fávero Sobrinho
- 143** **Departamento de Planejamento e Administração (PAD):
sua constituição na história da Faculdade de Educação**
Ana Maria de Albuquerque Moreira e
Carmenísia Jacobina Aires
- 177** **Departamento de Teoria e Fundamentos (TEF):
para compreender a dimensão social, política
e ética do conhecimento em educação**
Leila Chalub Martins
- 229** **Mudanças curriculares no curso de Pedagogia da
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília**
Lívia Freitas Fonseca Borges e Liliane Campos Machado

- 259** **Origens do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação**
Regina Vinhaes Gracindo e Jacques Velloso
- 271** **Programa de Pós-Graduação em Educação: formação, pesquisa e produção do conhecimento**
Maria Abádia da Silva e Kátia Augusta C. P. Cordeiro da Silva
- 291** **Mestrado profissional: uma conquista da Pós-Graduação da Faculdade de Educação**
Bernardo Kipnis e Olgamir Francisco de Carvalho
- 299** **Extensão universitária nos 50 anos da Faculdade de Educação**
Iracilda Pimentel Carvalho (Org.), Erlando da Silva Rêses, Maria Luiza Pinho Pereira, Renato Hilário dos Reis, Claudia Dansa, Maria da Conceição da Silva Freitas e Joice Marielle da Costa Moreira
- 367** **A Educação a Distância na Faculdade de Educação**
Raquel de Almeida Moraes (Org.), Grupo Ctar, Erlando da Silva Rêses e Lúcio França Teles
- 413** **Anexo: Fôlder do Seminário FE 50 anos (12 de abril de 2016)**
- 415** **Sobre os autores**

Departamento de métodos e técnicas (MTC): percursos, memórias e identidade

Antonio Fávero Sobrinho

*As escolas são “celeiros de memórias”, espaços nos quais se tece parte da memória social.
(Clarisse Nunes, 2003)*

A Escola da Mestra Silvina

*Minha escola primária...
Escola antiga de antiga mestra.
Repartida em dois períodos
para a mesma meninada,
das 8 às 11, da 1 às 4.
Nem recreio, nem exames.
Nem notas, nem férias.
Sem cânticos, sem merenda...
Digo mal – sempre havia
Distribuídos
alguns bolos de palmatória...
A granel?
Não, que a Mestra
era boa, velha, cansada,
aposentada.
Tinha já ensinado a uma geração
antes da minha.
A gente chegava “– Bença, Mestra.”
Sentava em bancos compridos,
escorridos, sem encosto.
Lia alto lições de rotina:
o velho abecedário,
lição salteada.*

*Aprendia a soletrar.
Não se usava quadro-negro.
As contas se faziam
em pequenas lousas
individuais.
Não havia chamada
e sim o ritual
de entradas, compassadas.
“– Bença, Mestra...”
Banco dos meninos.
Banco das meninas.
Tudo muito sério.
Não se brincava.
Muito respeito.
Leitura alta.
Soletrava-se.
Cobria-se o debuxo.
Dava-se a lição.
Tinha dia certo de argumento
com a palmatória pedagógica
em cena.
Cantava-se em coro a velha tabuada
(Cora Coralina, 1965)*

Cora Coralina rememora a sua experiência de ter sido aluna em uma escola tradicional do interior do Brasil. Muito mais que uma “memoração” pessoal, a tradução poética que a aluna-poeta faz do cotidiano escolar do início do século XX é uma verdadeira aula de “memória” e de “história” da educação brasileira.

Assim como Cora fez uma rememoração poética de tempos, espaços, sujeitos, conhecimentos e práticas escolares, o Departamento de Métodos e Técnicas, por ser também um “celeiro de

memórias”, se apropria do cinquentenário da criação do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação para “comemorar” e também “rememorar” as vivências e experiências das várias gerações de docentes que contribuíram e lutaram pedagógica, acadêmica e politicamente para que a educação tradicional deixasse de ser uma realidade.

Este artigo-memória, tendo como referência os diferentes momentos históricos da construção da identidade institucional do MTC, resgata a participação de várias gerações de professores do MTC que marcaram sua presença nesses 50 anos do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, formando outras gerações de pedagogos que contribuíram de forma decisiva para que a “escola da Mestra Silvina” ficasse apenas na memória poética de Cora.

A história/memória do MTC será reconstruída em três momentos. No primeiro define-se conceitualmente o Departamento de Métodos e Técnicas como um “lugar de memória” no qual se privilegia o processo de construção da identidade institucional centrado na formação do pedagogo docente. No segundo momento, contextualizam-se as origens históricas e identitárias do MTC, articulando-as organicamente ao projeto histórico e conceitual da Universidade de Brasília e da Faculdade de Educação.

Por fim, no terceiro momento, abre-se espaço às “múltiplas vozes” de várias gerações de docentes que participaram da construção/reconstrução da identidade institucional do MTC, percorrendo trilhas-memórias constituídas pelas múltiplas atuações acadêmicas individuais/coletivas – reuniões departamentais, produções acadêmicas, projetos de ensino/pesquisa/extensão.

Educação como lugar de memória

O mínimo que se exige de um historiador é que seja capaz de pensar a história, interrogando os problemas do presente através de ferramentas próprias de seu ofício.
(Antonio Nóvoa, 1995)

Para o historiador francês, Pierre Nora (1993), os *lugares de memória* são espaços nos quais as lembranças de determinados grupos sociais sobrevivem ao tempo. Clarisse Nunes (2003), historiadora da Educação, estende este conceito à educação. Para ela, as escolas também são “celeiros” de memórias, espaços nos quais se tece parte da memória social. As reminiscências desse espaço são possíveis pela estrutura das suas rotinas e sua continuidade no tempo.

Nessa perspectiva histórica, para reconstrução da memória do MTC, recorre-se à corrente historiográfica contemporânea, história cultural, cujos princípios conceituais e metodológicos são fundamentais para que se possa decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo (HALBWACHS, 1990).

No entanto, o historiador Pierre Nora (1993, p. 14) pondera que:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que já não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado, operação intelectual que sempre busca a análise e o discurso crítico.

A reconstrução das memórias do MTC tem como suporte estruturante as narrativas históricas relacionadas à história da educação brasileira, da Universidade de Brasília e da Faculdade de Educação, a partir das quais os docentes, com suas “múltiplas vozes”, compartilham suas vivências e experiências em relação à construção da identidade institucional do MTC. Nessas múltiplas vozes estão presentes narrativas que expressam imaginários educacionais pedagógicos, políticos e ideológicos diversos, revelando a pluralidade e diversidade das várias gerações de docentes que viveram cotidianamente a experiência construir a identidade e a história do MTC.

Para vivificar as memórias MTC, recorreremos à guarda dos documentos oficiais junto ao Centro de Documentação da Biblioteca Central, ao Arquivo Central da UnB e à Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA) e ao resgate das lembranças e memórias de vários professores que atuaram no MTC, por considerarmos que todos aqueles que viveram e trabalharam no MTC têm contribuições a dar para a história da instituição; e suas formas diferenciadas de apropriação indicam o quanto a história das instituições escolares pode beneficiar-se da consideração dessas visões em seu processo narrativo (WERLE, 2004).

MTC – 1966 a 2016: criação e reformas curriculares

O mínimo que se exige de um educador é que seja capaz de pensar sua ação nas continuidades e nas mudanças do tempo, participando criticamente na renovação da pedagogia e da escola.
(Antonio Nóvoa, 1995)

A criação da Universidade de Brasília e da Faculdade de Educação está impregnada de ideias pedagógicas que remontam aos anos 30 do século XX, momento em que os Pioneiros da Educação, contrapondo-se à educação tradicional, propunham a realização de uma ampla modernização do sistema educacional brasileiro.

As ideias e propostas dos pioneiros da educação, gradativamente, foram apropriadas e incorporadas às diferentes políticas públicas estaduais e do governo federal. Em 1939 ocorreu um marco fundamental para viabilizar mudanças na educação brasileira e, particularmente, em relação à formação do educador e do pedagogo.

Nesse ano, junto à Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, criou-se o curso de Pedagogia, cujo objetivo maior visava a preparação de docentes para a escola secundária. Para sua formação adotou-se o modelo curricular que ficou conhecido como “3 + 1”, ou seja, nos três primeiros anos, seriam formados os bacharéis e, no último ano, os licenciados. Esse modelo se consolidou ao longo dos anos junto aos cursos de formação de professores e, até hoje, continua arraigado em várias matrizes curriculares.

Ao final da década de 1950, começa-se a interrogar o modelo universitário dos anos 1930 e as discussões sobre a formação do magistério fortaleciam e amadureciam a emergência de elaborar uma lei de diretrizes e bases para a educação nacional e, por consequência, realizar uma reforma universitária.

Em 1961, após vários anos de discussão no Congresso Nacional, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que resultou em uma nova regulamentação do Curso de Pedagogia. Essa nova legislação, aprovada pelo Conselho Federal de Educação

em 1962, manteve a formação do bacharel em Pedagogia (Parecer CFE nº 251/62) e aboliu a separação entre licenciatura e bacharelado.

Esse cenário histórico coincide com a construção e inauguração da capital da República. A “ideia” da criação de uma universidade em cujo projeto previa-se modernização do ensino superior para atender às necessidades do desenvolvimento do país contou com a participação ativa de Darcy Ribeiro, antropólogo e educador, que defendia a criação de uma instituição universitária moderna que rompesse com os padrões estabelecidos para o ensino superior no Brasil.

Darcy Ribeiro, que ocupava posto estratégico no poder central, concebeu, conceitualmente, um novo modelo de universidade na capital de República. Para viabilizar esse projeto de universidade, Darcy convidou Anísio Teixeira, que, além de compartilhar do mesmo imaginário político pedagógico de caráter modernizante e democrático, exercia de forma cumulativa a direção do Inep (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e a estruturação do sistema público de educação no Distrito Federal. Sem contar que Anísio, desde os anos 30 do século XX, acumulava vasta experiência na concepção e realização de projetos inovadores na educação brasileira.

Juntos, Darcy Ribeiro e Anísio integraram a Comissão para criar a Universidade de Brasília. Para esse projeto foi de extrema importância a influência das ideias que Anísio desenvolvera visando à criação da Universidade de Distrito Federal (UDF), em 1935, na qual a Escola de Educação ocupava papel primordial na formação do magistério.

A Comissão, criada pelo Ministro Clóvis Salgado, delineou não só a identidade institucional da UnB, mas também os traços institucionais da Faculdade de Educação. No projeto orgânico proposto

pela Comissão, a UnB, como instituição universitária, deveria ter uma estrutura unificada, cujo elemento básico se corporificava nos institutos centrais, para ministrar o ensino e realizar a pesquisa fundamental, e em um conjunto de faculdades destinadas à formação profissional. De acordo com a Comissão:

[...] um aluno aprovado após três anos de estudos básicos no Instituto de Química terá diante de si as seguintes alternativas: poderá continuar estudando dois anos no mesmo Instituto para especializar-se como pesquisador, em campo particular da Química; 2) ingressar na Faculdade de Educação para licenciar-se como professor de Química; 3) encaminhar-se à Faculdade de Tecnologia para graduar-se como químico industrial ou à Faculdade de Farmácia para especializar-se em Química Farmacêutica [...] (TEIXEIRA, 1960, p. 6).

Nessa concepção de universidade incluía-se a presença de uma proposta inovadora de formação do magistério, por meio da qual se buscava integrar os docentes do quadro da universidade aos professores primários e das escolas secundárias. Para Anísio Teixeira (1961, p. 2):

[...] dentro dessa universidade é que vai se criar pela primeira vez, entre nós uma Faculdade de Educação. Não existe Faculdade de Educação no Brasil. Temos apenas departamentos de Educação nas Faculdades de Filosofia. E, fora disto, um conjunto de Escolas Normais destinadas a preparar professores primários.

E essa Faculdade de Educação

não deveria sozinha incumbir-se do preparo do professor, mas utilizar-se de toda a universidade. Propunha que cabia aos cursos dos institutos e departamentos especializados dar ao professor sua cultura básica e especial conforme o campo de seus estudos, e à Faculdade de Educação “prepará-lo para ensinar”. (TEIXEIRA, 1961, p. 4).

Para tanto, a Faculdade de Educação deveria estruturar-se organicamente em três eixos principais: o ensino, o aluno e a escola. Preocupava-se, inicialmente, com o currículo e o programa a ser desenvolvido; em seguida, procurava conhecer o aluno em suas fases de crescimento e aprendizagem, com auxílio da psicologia e, por fim, definir os objetivos da educação, estabelecendo uma distinção entre educação para o fazer e educação para compreender e saber os múltiplos aspectos do ensino (TEIXEIRA, 1961).

O Plano de Operação para o Projeto de Formação de Magistério que traduzia as ideias de Anísio Teixeira, em sua introdução, propunha que a Universidade de Brasília,

[...] em lugar de reproduzir o modelo das Faculdades de Filosofia, empreendia a criação de um padrão novo, capaz de atender de forma integrada a todo problema da formação de magistério, da especialização e do aperfeiçoamento das várias modalidades de profissionais exigidas para o desenvolvimento educacional do país. (PLANO..., 1964, p. 2).

No contexto da realidade local da capital da República, Anísio defendia que a Faculdade de Educação deveria ter vínculos com a escola pública em seus diversos níveis. Terezinha Rosa Cruz, que participou ativamente dos momentos iniciais da criação da Faculdade de Educação, relata que ela foi estruturada em duas grandes áreas formativas: a Escola Normal Superior e a Escola de Educação. A Escola Normal Superior seria destinada a:

[...] ministrar cursos de formação para o magistério primário em nível primário. Receberá alunos com curso médio completo para ministrar-lhes três anos mais de curso e treinamento em serviço, a fim de formá-los como professores primários especializados ou administradores escolares. (ROSA CRUZ, 2001, p. 50).

Para tanto, previa-se que a Faculdade, de acordo com Rosa Cruz (2001), deveria contar com um conjunto de centros experimentais e escolas de demonstração de nível pré-primário, primário e complementar, nos quais o aluno-mestre teria a oportunidade de estagiar como interno, praticando a sua arte, estudando os aspectos teóricos, práticos e de conteúdo. Esses centros deveriam atender cerca de 300 crianças nos jardins de infância, 1.200 em escolas classe de quatro séries primárias e 500 alunos em cursos complementares equivalentes ao ensino médio.

A Faculdade de Educação, internamente, seria constituída de forma integrada pelo Departamento de Currículos e Programas, que se desdobraria em dois setores: um voltado para o ensino elementar e outro para o ensino médio. O setor de ensino elementar contaria com núcleos de estudo sobre ensino da Linguagem, da Aritmética, das Ciências, dos Estudos Sociais, do Desenho e da Arte, além de haver

um setor encarregado da produção de material didático e audiovisual. O setor de nível médio teria núcleos de estudo, de planejamento e controle, com o objetivo de orientar o ensino de Matemática, Ciências Naturais, Ciências Sociais, Língua e Literatura.

Em fevereiro de 1964, ocorreu a assinatura de um convênio entre a Unesco, representada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Fisi), e a Universidade de Brasília, representada por seu reitor, Anísio Teixeira, com o objetivo de implementar o Plano de Operação para o Projeto de Formação de Magistério na Faculdade de Educação da UnB. Contudo, esse convênio não foi executado, pois em abril de 1964, com a deposição de João Goulart, Anísio Teixeira foi afastado da Universidade de Brasília e não pôde concretizar a sua utopia – a implementação da Faculdade de Educação nos moldes de sua concepção original.

Nesse contexto histórico pós-64, no qual se aliava o regime militar autoritário e centralizador a um processo de expansão industrial brasileira, as preocupações com a formação de professores se caracterizavam por uma inflexão voltada para os “meios” destinados a modernizar a prática docente, para os métodos e as técnicas de avaliação, para a utilização de novas tecnologias do ensino, dentre outros aspectos.

A Faculdade de Educação da UnB começou a ser efetivamente implantada com a criação do curso de Pedagogia em 1966 em um cenário de profundas mudanças da política educacional. A professora Lady Lina Traldi, como primeira diretora da FE, assume a tarefa de providenciar a estrutura mínima para iniciar as atividades acadêmicas. E uma das suas tarefas mais urgentes era providenciar a elaboração do Regimento da Faculdade de Educação que ficou pronto em 1967.

O primeiro Regimento da Faculdade de Educação (1967) apresentava significativas mudanças em relação à proposta original de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Enquanto o capítulo I definia três modalidades de cursos – Licenciatura, Pedagogia e Escola Normal Superior –, o capítulo IV delineava a Faculdade de Educação estruturada em sete departamentos: *i*) Departamento de História e Filosofia da Educação e Educação Comparada; *ii*) Departamento de Currículo e Supervisão Escolar; *iii*) Departamento de Sociologia Educacional e Administração Escolar; *iv*) Departamento de Didática; *v*) Departamento de Estatística Aplicada à Educação; *vi*) Departamento de Orientação Educacional e Profissional; e *vii*) Departamento de Psicobiologia Educacional.

Na estrutura da FE, previa-se também a criação de seis Centros: Ceep – Centro de Experimentação de Educação Primária; Ciem – Centro Integrado de Educação Média; Ceae – Centro de Recursos e Materiais Audiovisuais; Crav – Centro Experimental de Artes Visuais; CPPE – Centro de Pesquisa e Planejamento Educacional; e CCP – Centro de Currículos e Programas.¹

No entanto, mais uma vez e em um curto espaço de tempo, a Faculdade de Educação viveria momentos críticos em sua institucionalização. O golpe empresarial-militar de 1964, em seus desdobramentos no campo educacional, particularmente a promulgação da Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), introduziu modificações no sistema educacional brasileiro.

No que diz respeito à Faculdade de Educação, essa legislação modificava sobremaneira a concepção de formação de professores e

¹ Conforme Regimento da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (1967).

do pedagogo, ou seja, extinguiu as Escolas Normais e instituiu a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Em 6 de abril de 1972, foi aprovado o Parecer nº 349/1972 (BRASIL, 1972) que instituiu a habilitação específica do Magistério, dividida em duas modalidades básicas: uma com duração de três anos e que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos, habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau.

Com esse suporte legal, a Faculdade de Educação iniciava as suas atividades acadêmicas ofertando as habilitações de Magistério do 2º Grau, Supervisão Escolar, Orientação Educacional, Administração Escolar, Inspeção Escolar e, a partir de 1975, Tecnologia Educacional.

Para atender a essas modalidades formativas do curso de Pedagogia, mais uma vez, a Faculdade de Educação teve que recompor o seu modelo organizacional ao adotar a estrutura tripartite, ou seja, os sete departamentos previstos pelo primeiro Regimento Interno da FE foram reduzidos a três: *i*) Métodos e Técnicas (MTC), que incorporou os Departamentos de Currículo e Supervisão Escolar e de Didática; *ii*) Teorias e Fundamentos (TEF), que incorporou os Departamentos de História e Filosofia da Educação e Educação Comparada, Estatística aplicada à Educação, Orientação Educacional e Profissional e Psicologia Educacional; e *iii*) Planejamento e Administração (PAD), que absorveu apenas a parte relativa à Administração Escolar, uma vez que a de Sociologia Educacional ficou vinculada ao TEF.

Com essas mudanças institucionais, coube ao recém-instituído Departamento de Métodos e Técnicas assumir a responsabilidade pela oferta das habilitações de Magistério do 2º grau. Para atender a essa demanda formativa, o quadro docente do MTC foi constituído

por docentes responsáveis pela oferta de disciplinas fundamentais às licenciaturas e às habilitações de Magistério de 2º grau e, mais tarde à habilitação em Tecnologia Educacional.

A constituição efetiva do MTC ocorreu a partir de 1978, com o ingresso dos primeiros professores – Aloylson Toledo Pinto, José Eudes, Gianetti Olivatti Menegazzi, Lucília Maria Aires Neves e Jacira Câmara –, que assumiram a responsabilidade pela oferta das disciplinas Didática I e II, Metodologias de Ensino de 1º Grau I e II, Prática de Ensino de 1º Grau com Estágio, Currículos e Programas 1 e 2 e Ensino Supletivo.²

Nesses momentos iniciais de sua implementação, o MTC viveria momentos turbulentos e de instabilidade em decorrência das lutas políticas dos professores e estudantes contra o projeto autoritário e repressivo do reitor-interventor. O professor José Luís Braga, primeiro chefe do Departamento de Métodos e Técnicas e professor da habilitação em Tecnologia Educacional, relatou:

O momento mais crítico ocorreu em 1977, quando houve a greve contra a expulsão de um grupo de seus colegas, em documento que teve o apoio da totalidade dos docentes do MTC, à época. Em decorrência dessa ação (e de participação em abaixo-assinado, também apoiado por todos os professores do MTC, contra a ocupação do *campus* pela polícia militar), o professor, juntamente com outros professores da Universidade, fui demitido no início de 1978, pelo então reitor e reintegrado, em 1987, no Departamento de Comunicação da UnB.³

² Depoimento da professora Sandra Vivacqua.

³ Depoimento do professor José Luis Braga.

No âmbito específico do MTC, os embates ideológicos e as divergências teóricas em relação às propostas curriculares também se aprofundaram:

[...] os professores do campo formativo de Magistério de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau e de Supervisão Escolar [ambos de responsabilidade do MTC] articulavam, em clima de conflito, formas integradas de ministrar a formação do pedagogo à luz da concepção da educação como prática social. Justiça seja feita às nossas lutas de resistência, entre polêmicas e construções interdisciplinares, com colegas como, além de mim mesma, Lucília Alencar, Nazaré Pedroza, Aloylson Toledo, Teresinha Rosa Cruz, Gianetti Menegazzi, Jacira Câmara [...]⁴

No início da década dos anos 1980, diante do crescente desgaste do regime autoritário, emergem no cenário nacional mobilizações sociais que aspiravam a uma ampla reforma social e política centrada na redemocratização. Desde 1978, vários movimentos de educadores se mobilizavam em defesa de reformas educacionais e, entre eles, destacou-se o movimento denominado Mobilização Nacional pela Qualidade e Valorização da Educação Básica, que assumiu a liderança para organizar as Conferências Estaduais e a Conferência Nacional de Educação (CNE) e cujos manifestos desencadearam a Política Nacional de Formação e Valorização de Trabalhadores em Educação.

Nesse contexto, a Faculdade de Educação da UnB também se mobilizou internamente em torno de um movimento renovador do

⁴ Depoimento da professora Sandra Vivacqua.

seu projeto curricular que se deu por meio da realização de vários eventos e pela organização de grupos de trabalho. Entre esses eventos, destacam-se o Seminário sobre Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho, realizado de 22 a 24 de abril de 1981, que contou com a participação da comunidade interna e externa; o Seminário A Faculdade Educação na UnB e a Formação de Profissionais da Educação, realizado de 19 a 22 de março de 1984; e duas semanas de estudo, realizadas em 1986, ocasião em que se definiam políticas de ensino, pesquisa extensão para a Faculdade de Educação e que culminou com o documento *Princípios e Compromissos Básicos da Instituição*.⁵

Paralelamente à mobilização, visando à reforma curricular do curso de Pedagogia, diversos grupos de professores, por meio de projetos experimentais, nos quais se articulavam o ensino, a pesquisa e a extensão, ensaiavam e antecipavam vários formatos acadêmicos que, posteriormente, foram incorporados à proposta curricular de 1988.

A professora Sandra Vivacqua, que participou intensamente de todo esse processo, afirma que desde 1984 havia uma ampla participação de professores e alunos na transformação estrutural do modelo pedagógico dos estágios supervisionados:

O ponto de ruptura revolucionária na condução dos estágios curriculares supervisionados de Magistério para início de escolarização está relacionado ao projeto idealizado pela professora Marialice Pitaguary no âmbito da Alfabetização de Jovens e Adultos,

⁵ Essas informações constam da *Proposta de Reformulação Curricular do Curso de Pedagogia* (1988).

que contava com quatro estudantes – Norma Lúcia, Valéria, Shelma e Sirlei –, que ousaram praticar e exercitar sua formação em docência no Centro Comunitário do que, à época, ainda era considerada *invasão* do Paranoá. Além de transformar estruturalmente os modelos pedagógicos de estágios curriculares supervisionados, foi este grupo que, em reuniões junto ao reitor Cristovam e ao decano de Graduação Ibañez, iniciou, em 1985, o movimento que hoje culminou com a existência do Campus avançado da UnB no Paranoá. Nesse período de construção curricular, vários projetos de parceria interdisciplinar foram realizados no contexto desta particular experiência de Alfabetização idealizada pela professora Marialice. Lembro-me, por exemplo, de oficinas de tecnologias da imagem para esses alfabetizando, incluindo práticas de manejo de câmera e construção de maquetes, curso ministrado pela estudante Goretti em 1988 e orientado e idealizado pela professora Regina Calazans em seus grupos de pesquisa em leitura da imagem.⁶

Todo esse processo coletivo de construção de novas ideias e experiências acadêmicas que se acumularam na década de 1980 balizou, conceitual e metodologicamente, a *Proposta de Reformulação da Licenciatura em Pedagogia* (UnB, 1988), que foi encaminhada ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB (Cepe) em 2 de setembro de 1988, após sua aprovação pela Congregação de Carreira Docente da FE.

⁶ Depoimento da professora Sandra Vivacqua.

Em relação ao MTC, esse documento propunha a extinção da habilitação em Magistério das matérias pedagógicas do 2º grau, tendo como justificativa o fato de que esta,

como o próprio nome indica, destina-se à formação de professor para o exercício do magistério da Escola Normal, a quem caberia também o direito de exercer o magistério nas séries iniciais do 1ª grau, direito esse não reconhecido pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. (UnB, 1988, p. 8).

O novo documento curricular também chamava a atenção para o fato de que a habilitação em Magistério de 2º grau apresentava “[...] um currículo precário, com um mínimo de 24 créditos, que não possibilitam aos seus egressos a devida formação acadêmica.” (UnB, 1988, p. 9). E concluía que tanto a Secretaria de Educação do Distrito Federal quanto o Sindicato dos professores do DF reivindicavam a criação da “área de formação de professores para os anos iniciais de escolarização, englobando a pré-escola e as quatro séries iniciais do 1º grau, enfatizando a questão da alfabetização”. (UnB, 1988, p. 9).

Para o MTC, a criação da habilitação em Magistério para início de escolarização significou uma profunda revisão conceitual em relação à formação do pedagogo. Mesmo mantendo a nomeação institucional de “Métodos e Técnicas”, o departamento assumiu, coletivamente, a docência centrada nos sujeitos educativos – o infantil e o adulto. A criação de um bloco orgânico de novos campos curriculares – Princípios da psicogênese aplicados à educação, Processos de alfabetização, Educação pré-escolar I, Educação infantil e Educação de adultos –, fundamentada em correntes socioconstrutivas

de educação, contribuiu para que se deslocasse a centralidade do processo formativo aos sujeitos e seus processos cognitivos e de aprendizagem mediados pelas linguagens em seus diferentes contextos socioculturais.

Essa mesma perspectiva também se estendeu aos demais campos curriculares – Linguagem para início de escolarização, Matemática para início de escolarização, Artes para início de escolarização, História para início de escolarização, Geografia para início de escolarização, Ciências para início de escolarização –, que também foram ressignificados tanto em seus fundamentos epistêmicos como em suas abordagens metodológicas, sem perder de vista as destinações aos diferentes sujeitos educativos.

A Proposta de Reformulação do Curso de Pedagogia (1988), visando a uma ruptura mais ampla em relação à formação do pedagogo, incorporou em sua estrutura curricular a interdisciplinaridade. Juntamente com os campos disciplinares, houve a criação de um bloco de campos interdisciplinares denominados de Seminários Interdisciplinares em Início de Escolarização, que visavam articular as disciplinas específicas a atividades e integrar a teoria à prática. O Seminário I pretendia integrar os temas e experiências nas áreas de pré-escola, da alfabetização e das séries iniciais do 1º grau a partir da relação dialética que se estabelece em teoria e prática; o Seminário II, por sua vez, previa em sua ementa, o estudo dos fins e objetivos comuns das linguagens (Língua, Artes e Matemática); o Seminário III articulava a integração entre as disciplinas de História e Geografia com vistas à compreensão do papel de cada indivíduo no processo de construção do seu meio geográfico e histórico; e, por fim, o Seminário

IV propunha a integração do ensino de Ciências (Físicas e Biológicas) no contexto do pré-escolar e séries iniciais.

No entanto, a viabilização desses projetos mostrou-se complexa e problemática em sua dinâmica integradora, também em decorrência da sobrecarga de trabalho docente que essa experiência requeria. Em memorando encaminhado ao Decanato de Ensino de Graduação, a chefia do MTC solicitava a sua conversão em componente optativo, por considerar que:

[...] essa obrigatoriedade curricular foi, gradativamente, adquirindo cunho determinista – não só em relação à conjuntura de carência de vagas para profissionais qualificados como também pelo próprio ritmo da oferta – e esta sequência de disciplinas se tornou mais um complemento àquelas diferentes metodologias do que um fator de diversificação dos processos de aprendizagem, inerente ao desenvolvimento dos projetos integradores. (UnB, 1988).

Antes mesmo que o curso de Pedagogia estivesse plenamente implantado, a FE deparava-se com um novo desafio: criar o curso de Pedagogia noturno, como parte integrante do *Projeto Acadêmico Orgânico para os Cursos Noturnos de Licenciatura*, no qual constava a seguinte justificativa:

Uma instituição educacional que não toma conhecimento dos caracteres e condições dos seus estudantes começa por negar a sua própria identidade e trair sua missão. Não há como sustentar a indiferenciação do corpo discente dos dois turnos. E o reconhecimento das diferenças, para ser consequente, não pode deixar de admitir distinções que vão do ritmo dos cursos à

sua duração; da reconstrução das grades curriculares à metodologia dos inter-relacionamentos intersubjetivos. Não se trata, todavia, de minimizar os componentes curriculares e sim de compatibilizá-los às condições dos estudantes, atribuindo-lhes eficácia e propriedade.

A criação do curso noturno de Pedagogia, em 1993, seguia, com poucas diferenças, a estrutura curricular e conceitual do curso de Pedagogia diurno, considerando as singularidades da realidade social inerente a esse público acadêmico. No entanto, o desafio maior dessa proposta coube à área de Didática, uma vez que o *Projeto Acadêmico Orgânico para os Cursos Noturnos de Licenciatura* concebia uma formação pedagógica orgânica, articulada e processual, que visava romper com o “modelo 3 + 1”. Para tanto, criou-se o Grupo de Estudos e Pesquisas das Licenciaturas (Gepal), constituído pelos coordenadores pedagógicos das licenciaturas e por docentes do MTC e do PAD, que implementaram um modelo de coordenação integrada e coletiva dos cursos de licenciatura.

No final dos anos 90 do século passado, as propostas curriculares do diurno e do noturno davam sinais de esgotamento teórico-conceitual e organizacional. Nas várias instâncias acadêmicas – reuniões departamentais e nos demais colegiados –, eram frequentes as manifestações de mal-estar entre os vários segmentos da comunidade acadêmica.

Em relação à habilitação em Magistério das séries iniciais, sob responsabilidade do MTC, as críticas diziam respeito ao formato dos estágios supervisionados, cuja oferta era excessivamente concentrada ao final do curso, uma dissociação em relação às metodologias de

ensino. E questionava-se, também, sob o ponto de vista organizacional, a ausência de uma estrutura de coordenação e articulação com o sistema educacional do Distrito Federal, sobretudo para os alunos do noturno.

Esse quadro de insatisfação interligava-se a um processo mais amplo de mudanças na política educacional brasileira. Em 1996, é promulgada a LDB nº 9.394, que eleva a formação de professores ao nível superior, exigindo sua aplicação no prazo máximo de dez anos. Cabe ressaltar que essa lei preserva o direito das universidades de organizarem a formação de professores, conforme os seus projetos institucionais, desde que sejam oferecidos em licenciatura plena.

Em 1999, discutia-se o documento denominado *Proposta de Diretrizes Curriculares*, que estabelecia a docência como base obrigatória da formação e identidade dos cursos de Pedagogia. A docência, compreendida como eixo central da formação do pedagogo e de constituição de sua identidade, causou grande impacto no meio educacional, mobilizando vários debates com posições favoráveis e desfavoráveis. As posições desfavoráveis se fundamentam no entendimento de que a Pedagogia, ao longo de sua história, já havia conquistado espaços de atuação que foram eliminados pelas diretrizes e de que o curso forma, prioritariamente, o professor da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental (LIBÂNEO, 1999, 2000, 2001, 2006; PIMENTA, 2001). As posições favoráveis argumentam que a ação docente é o elemento catalisador de todo o processo de formação do profissional da educação e é por meio dela que se materializa o trabalho pedagógico, com suas múltiplas facetas, espaços e atores (AGUIAR, 2006; SÁ, 2000).

Paralelamente a esse debate em nível nacional, a reforma curricular da Faculdade de Educação teve início a partir da Resolução nº 219/1996 do Cepe, que determinou que os créditos em disciplinas obrigatórias não poderiam ultrapassar 70% do total. Os docentes da FE reunidos em plenária decidiram proceder a uma “reformulação profunda” do curso em vez dos ajustes na contabilização dos créditos tal como estabelecido pelo Cepe.

Ponderou-se naquele momento que uma revisão ampla se justificava também em função das exigências postas pela nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/1996) em matéria de formação de profissionais da educação, bem como dos parâmetros curriculares adotados para o ensino básico e das diretrizes curriculares em fase de elaboração para os cursos de graduação conforme edital do MEC, além das metas fixadas no *Plano Nacional de Educação* que tramitava no Congresso Nacional.

No período de 1998 a 2003, houve uma intensa mobilização da comunidade acadêmica da FE visando à reformulação curricular, que se somou ao debate que ocorria no âmbito do Conselho Nacional de Educação, visando à aprovação das *Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Pedagogia*.

O *Projeto Acadêmico do curso de Pedagogia* (2003), ao dar centralidade à base docente no processo formativo do pedagogo, consolidou a sua marca identitária que já estava inscrita em suas origens. Em sua concepção, o referido Projeto estabelece esse princípio:

A composição do projeto de formação tem três polos bem demarcados e demarcáveis: 1) o polo da práxis, com a vivência da prática educativa na sua

concretude, alimentada, sobretudo, pelos projetos; 2) o polo da formação pedagógica, constituído pelos estudos de Linguagem, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Sociais, bem como Arte-Educação, Organização do Trabalho Docente, Processo de Alfabetização e Processos de Administração da Educação, permitindo o exercício das funções docentes em início de escolarização de crianças, jovens e adultos; 3) o polo das Ciências da Educação, que oferecem os marcos teórico-conceituais mais amplos, indispensáveis para interpretação e elucidação das práticas educativas (pedagógicas e/ou gerenciais). Finalmente, a síntese representada pelo Trabalho Final de Curso contribuirá para formar a “base docente” sobre a qual se apoia, humana, científica e tecnicamente, o pedagogo, para o exercício de suas funções, como profissional capaz de identificar as necessidades de formação junto a sujeitos individuais ou coletivos (organizacionais), transformar essas necessidades em demandas e dar a estas uma organização programática e metodológica coerente e consistente.

O *Projeto Acadêmico do curso de Pedagogia* de 2003 propiciou ao MTC a recomposição e fortalecimento das áreas acadêmicas visando torná-las instâncias orgânicas e integradas/integradoras. Os projetos de ensino, extensão e pesquisa, eixo estruturante da formação do pedagogo, representou salto qualitativo ao processo formativo de nossos alunos. A linha de continuidade entre os projetos contribuiu para que as diversas áreas acadêmicas do MTC se fortalecessem com a oferta de projetos criativos, inovadores e profundamente articulados com as diversas realidades da educação no Distrito Federal e Entorno.

A partir de então, a produção acadêmica, que era restrita à pós-graduação, ampliou-se, quantitativa e qualitativamente, considerando que o novo formato curricular possibilitou aos docentes, com a atuação na graduação, a liberdade para ofertar projetos integradores entre as dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Esse formato curricular de projetos, além de possibilitar ao aluno o amadurecimento conceitual e metodológico de seu projeto de pesquisa em sua caminhada ao trabalho final do curso, propiciou aos docentes uma abertura a linhas temáticas plurais e diversas, enriquecendo, sobremaneira, a formação do aluno e a produção acadêmica do MTC e da FE.

Concomitante a essa nova estrutura curricular do *Projeto Acadêmico do curso de Pedagogia*, houve no âmbito da FE e do MTC, como desdobramento da democratização da universidade pública, uma ampliação da oferta de vagas visando suprir as que vinham sendo cobertas por professores substitutos, bem como o atendimento a novas demandas formativas por meio da ampliação de vagas para alunos das licenciaturas ou por meio da oferta de cursos a distância pela Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Com essa política, as áreas de Didática, História, Geografia, Artes, Educação infantil e Educação de adultos, que se encontravam estranguladas em sua composição acadêmica, conseguiram se recompor com a liberação de novas vagas e se fortaleceram. Desde então, no âmbito do MTC, constituíram-se várias áreas acadêmicas como espaços de integração temática de vários campos disciplinares e interdisciplinares, por meio dos quais grupos de docentes se organizam e se articulam para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O MTC e suas múltiplas identidades acadêmicas

Área de currículo, didática e avaliação

A Didática, por ser historicamente uma das disciplinas basilares da formação do pedagogo e das licenciaturas, é sem dúvida a mais longeva da Faculdade de Educação. A partir de 1972, por força da reforma universitária e do novo estatuto do curso de Pedagogia, as disciplinas Currículos e programas e Avaliação da aprendizagem também foram incorporadas ao MTC.

Nos anos 70 do século passado, Aloylson Toledo Pinto, José Eudes, Gianetti Olivatti Menegazzi, Lucília Maria Aires Neves de Alencar e Jacira Câmara foram os primeiros docentes do MTC que se dedicaram ao ensino das disciplinas Didática I e II, Currículos e programas 1 e 2 e Ensino supletivo.⁷

No decorrer dos anos 80 do século XX, essas disciplinas passaram por situações distintas. A Didática, a partir da reformulação curricular de 1988, foi submetida a uma profunda revisão em sua ementa e programas. Para esse processo concorreu a presença de Ilma de Passos de Alencastro Veiga, que em 1989 ingressou no MTC e que na época se destacava pela defesa de uma Didática histórico-crítica.

Já as disciplinas Currículos e programas e Avaliação da aprendizagem só eram ofertadas eventualmente, devido ao bloqueio das habilitações de Inspeção escolar e Supervisão escolar por um certo período, quando essas disciplinas foram convertidas em optativas do

⁷ Informações prestadas pela professora Sandra Vivacqua.

curso de Pedagogia. No entanto, em meados da década de 1990, a disciplina Avaliação da aprendizagem foi retomada e enriquecida com o ingresso da professora Benigna Villas Boas, cuja linha de pesquisa tem como foco a problemática da avaliação escolar.

A partir de 2003, a área de Didática, currículo e avaliação passou por uma recomposição acadêmica. A Didática, não obstante o fato de várias licenciaturas terem retirado a obrigatoriedade de sua oferta, ainda é a disciplina que tem maior peso acadêmico no âmbito do MTC. As disciplinas Avaliação da aprendizagem e Currículo foram revitalizadas e reinseridas no processo formativo do curso de Pedagogia e das licenciaturas. E, com o *Projeto Acadêmico* de 2003, a área assumiu também a oferta do Projeto 2 – cuja temática central é a profissionalidade do pedagogo.

Hoje a área é constituída pelas docentes Cleide Maria Quevedo Quixadá Viana, Liliane Campos Machado, Maria Emília Gonzaga de Souza, Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas, Solange Alves de Oliveira, Edileuza Fernandes e Rita Silvana Santana, que, juntas, articulam as relações entre ensino, pesquisa e extensão por meio da criação de grupos de estudo e pesquisa em Didática que buscam fomentar, realizar e divulgar investigações sobre a didática e a formação e profissionalização docente da educação básica e da educação superior.

Área de Educação, tecnologia e comunicação (Etec)

Embora a habilitação em Tecnologia educacional tenha sido criada em 1975, pode-se afirmar que seu germe já estava presente

no imaginário pedagógico de Anísio Teixeira, o qual, ao longo de sua trajetória como educador e como gestor público, sempre deixara explícito o papel e o impacto das novas tecnologias no processo educativo e na estrutura da educação básica e do ensino superior.

No *Plano Operacional da Faculdade de Educação* (UnB, 1964) constava a criação do Centro de Teledifusão Educativa, que deveria funcionar em estreita vinculação com a Faculdade de Educação. Ambos se destinavam ao aperfeiçoamento do magistério por meio de cursos pelo rádio, pela televisão e por correspondência. O *Regimento da Faculdade de Educação* (UnB, 1967), por sua vez, previa a criação do Centro de Recursos e Materiais Audiovisuais, cujo objetivo era servir como centro de estudo, pesquisa, experimentação, demonstração e assessoramento para professores e técnicos da FE na elaboração, confecção, produção e utilização dos recursos audiovisuais aplicáveis ao ensino e à educação em geral.

A criação da habilitação em Tecnologia educacional ocorreu em 1975, em cujo currículo constavam as disciplinas: Técnicas audiovisuais de educação; Rádio e televisão em educação 1 e 2; Tecnologia educacional; e Ensino programado (UnB, 1974). Os seus primeiros professores foram Anésio Mendonça, José Luis Braga, Elício Bezerra Pontes e Maria Rosa Magalhães, que assumiram o desafio de institucionalizar essa habilitação.

Embora essa área estivesse, em sua gênese como espaço curricular, burocraticamente aprisionada como uma “habilitação”, por força da Reforma de 1968, e que a intenção do Estado ditatorial fosse torná-la *tecnicista*, “na práxis acadêmica do MTC, as coisas eram bem diferentes nos anos 1970, graças a ousadia e o grau de resistência

ideológica de docentes como José Luiz Braga, Anésio Mendonça e Elício Bezerra Pontes”.⁸

Em 1989, no processo de reconceitualização das várias habilitações, foram acolhidos os avanços da Pedagogia e da Comunicação, além de incorporadas as dimensões culturais, a perspectiva crítica e as linguagens, com aproximação entre educação e comunicação pelo receptor/aprendiz, sendo recusados, assim, o tecnicismo e as propostas prontas, monolíticas.

A proposta curricular direciona-se à formação de educadores, tendo como eixo a apropriação criativa e crítica dos meios de comunicação e das tecnologias por estudantes da Pedagogia e de licenciaturas, a partir de um conjunto de disciplinas, seminários, oficinas e projetos, todos optativos.

Hoje a área é constituída por três subáreas inter-relacionadas: Comunicação audiovisual, Educação a Distância e Informática educativa/tecnologias. Essas três vertentes estruturam-se em estudos e pesquisas desenvolvidos na pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) a partir da criação da área na pós-graduação em 1998, o que possibilitou que se aprofundassem os estudos de Educação a Distância, de educação hipertextual, da informática educativa, das Tecnologias de Informação e Comunicação, das linguagens audiovisuais, das imagens, das mídias e mediações e das artes e convergência. Os desafios atuais são: manter o caráter de variedade e de flexibilidade que permite as constantes atualizações das aproximações educativas em relação às mudanças comunicacionais e tecnológicas; e fortalecer

⁸ Depoimento da professora Sandra Vivacqua.

a integração entre graduação e pós-graduação na Faculdade de Educação, de modo a constituirmos uma única área Etec envolvendo colegas que atuam em outros departamentos da FE ou em outro programa.

Área de Alfabetização, língua materna e literatura

Nos primeiros momentos da criação do curso de Pedagogia, essa área era restrita à oferta da disciplina de Metodologia de ensino de 1º grau I, compartilhada com o conteúdo da Matemática. O momento de mudança da área ocorreu no decorrer dos anos 80 do século XX, ocasião em que a deixou de ser centrada apenas na oferta de um componente curricular.

Esse processo está relacionado à presença e participação das professoras Marialice Pitaguary, Maria das Graças Silva e Maria Alexandra Militão Rodrigues, que sistematizaram de forma orgânica a formação de crianças das séries iniciais em Língua materna, incluindo docência em Processos de alfabetização. Essas docentes

lançaram ambas as bases para o letramento, cuja concepção ganhou densidade acadêmica e amplitude de ação formativa com a vinda da professora Stella Maris Bortoni-Ricardo para a FE, já na vigência da LDB, incluindo-se aí seus vários projetos que realizavam a integração entre estudantes da Graduação e da Pós-Graduação.⁹

Atualmente a área acadêmica de Alfabetização, língua materna e literatura é um campo disciplinar composto por conhecimentos

⁹ Conforme depoimento da professora Sandra Vivacqua.

específicos para os processos de alfabetização, letramento, domínio da leitura e produção de textos orais e escritos nas dimensões teóricas e práticas que caracterizam tais conhecimentos. Esse campo interdisciplinar é constituído por um bloco de disciplinas obrigatórias e optativas – Ensino e aprendizagem da língua materna, Processo de alfabetização – e pelos optativos – Literatura e educação, Oficina do professor leitor e escritor, Oficina de textos acadêmicos e Projetos (3, 4 e 5) – que se relacionem com temas pertinentes às disciplinas elencadas anteriormente e que tenham como objetivo contribuir para a formação de futuros pedagogos que desejam seguir a carreira do magistério para atuar especificamente como professores alfabetizadores dos primeiros anos do ensino fundamental.

Os campos do conhecimento que contribuem especificamente com os seus saberes para a formação do aluno de Pedagogia e que compõem o perfil da área de Alfabetização, língua materna e literatura são: Linguística, Letras, Psicologia, Literatura e Educação, pois a multiplicidade dos conteúdos que constituem os seus objetivos didáticos exige do corpo docente conhecimentos específicos condizentes com a importante tarefa de formar futuros professores para alfabetizar e letrar com competência crianças de 6 a 8 anos de idade. As especificidades dos conteúdos das disciplinas que estruturam essa área possibilitam ao pedagogo em formação inicial o desenvolvimento de habilidades e competências próprias do fazer desse futuro profissional.

As questões que constituem o eixo central do trabalho didático das disciplinas dessa área envolvem o ensino, a aprendizagem e a compreensão do processo de aquisição da escrita alfabética,

o desenvolvimento da proficiência em leitura e produção de textos, a oralidade monitorada, o conhecimento da gramática da língua sob a luz da ciência e o domínio dos aspectos psicológicos e práticos envolvidos no processo de alfabetização, que também se valem da contribuição de textos literários, uma vez que a literatura propicia experiências no imaginário da criança que são por ela reelaboradas, transformadas e transferidas para o mundo real em forma de novos conhecimentos.

A área de Alfabetização, língua materna e literatura não se esgota na graduação, tendo linha de continuidade no programa de pós-graduação, contando com a produção de dissertações e teses defendidas dentro da linha de pesquisa Escola, aprendizagem, ação pedagógica e subjetividade na educação – privilegiando temas voltados para o letramento e a formação de professores –, com o objetivo de aprimorar a formação do pedagogo desta Faculdade de Educação.

A área de Alfabetização, língua materna e literatura conta, em seus quadros de professores, com quatro docentes com formação em Psicologia, Linguística e Pedagogia. Essa diversidade de especialidades resulta da exigência das demandas de saberes dessa área para a formação do professor alfabetizador.

Área de Educação de adultos

A história da área de Educação está intimamente ligada ao processo histórico do fortalecimento da área de Alfabetização, língua materna e literatura que ocorreu na década de 1980, momento em que a temática de alfabetização de adultos ganhou presença curricular com a participação, já referida anteriormente, de Maria Alice Pitaguary.

Com a aposentadoria de Maria Alice Pitaguary, os professores Renato Hilário e Maria Luiza, que já possuíam vínculos com os movimentos sociais, ampliaram e fortaleceram a área, tendo como eixo articulador e estruturante os projetos de extensão. O Professor Renato Hilário relata como ocorreu esse processo de construção e ressignificação articulado aos movimentos sociais que defendiam a alfabetização dos adultos:

A sua presença como área de interesse acadêmico vincula-se ao Cedep/UnB, voltado ao desenvolvimento de Educação de Jovens e Adultos, iniciado sob a base da influência de Paulo Freire e Emília Ferreiro. Vai buscar uma resposta ao desafio colocado pelo movimento social, sob a forma da organização popular do Cedep, vai buscar responder ao desafio estabelecido pelos dirigentes do movimento popular no sentido de que não era suficiente apenas ensinar a ler, escrever e calcular, mas apropriar-se e produzir leitura, escrita e cálculo, como parte de um processo do também aprendizado de participação na melhoria da condição de vida da população, então considerada invasão pelo governo e ocupação pelo Cedep-UnB.¹⁰

Desde então, enquanto Renato Hilário integrava o ensino-pesquisa-extensão junto ao Centro de Desenvolvimento de Educação Popular (Cedep) no Paranoá, a professora Maria Luiza Pereira exercia sua liderança junto aos movimentos sociais no Distrito Federal, tendo como referência o Centro Paulo Freire (Cepafre), na Ceilândia, e o Portal EJA, com amplitude nacional.

¹⁰ Depoimento do professor Renato Hilário Reis.

Área de Educação Matemática

A área de Educação Matemática, em sua origem, vincula-se à professora Nilza Eingeheer Bertoni, então docente do Departamento de Matemática da UnB, que ofertava a disciplina voltada à formação matemática dos futuros pedagogos, mesmo que o Departamento de Matemática não reconhecesse na carga horária da professora essa oferta. O professor Cristiano Muniz relembra que:

Bertoni foi quem trouxe as primeiras contribuições para a Faculdade de Educação acerca da aprendizagem matemática no processo da alfabetização, o desenvolvimento de recursos pedagógicos para sua aprendizagem e, em especial, reflexões sobre a importância da compreensão dos processos de pensamento matemático dos alunos. Com a reformulação do currículo do curso de Pedagogia e com a criação do curso de Pedagogia noturno, houve a necessidade de ampliar o quadro docente para atender às novas demandas acadêmicas. Para tanto, o departamento providenciou a abertura de concursos em todas as áreas. Gradativamente foi se constituindo a área de Matemática. Em janeiro de 1988, assumiu o professor Cristiano Alberto Muniz, procedente da Secretaria de Educação do Distrito Federal. No início dos anos 1990, Antônio Villar Marques de Sá inicia suas atividades no MTC como doutor recém-formado e introduz o campo da aprendizagem lúdica e o ensino do xadrez.¹¹

¹¹ Depoimento do professor Cristiano Alberto Muniz.

O professor Cristiano também esclarece que foi pela mediação da linguagem lúdica que surgiu, junto às disciplinas de Matemática, Linguagem e processos de alfabetização, Artes e Ciências, “a proposta da criação da *Ludoteca* como espaço privilegiado para as atividades de ensino das disciplinas de alfabetização que utilizem de jogos e outros recursos didáticos”. Essa área se consolidou no decorrer da década de 1990 com o ingresso do professor José Damasceno, que nos deixou precocemente em 1997. Nos últimos anos, a professora Solange Amato tem se destacado por sua preocupação em formar o pedagogo articulando os conhecimentos matemáticos com experiências lúdicas e com uso intensivo de materiais didáticos.

A partir do ano 2000, a área de Educação Matemática é criada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) por Cristiano, depois se incorporando a ela Antônio Villar e o professor Cleyton Hércules Gontijo, que, embora lotado no Departamento de Planejamento e Administração, tem formação, atuação, estudos e pesquisa em Educação Matemática.

Área de Educação, Geografia e História

Em seu início, a área era restrita à oferta dos conteúdos de História e Geografia por meio da disciplina Metodologia de ensino de 1º grau II, junto à habilitação em Matérias pedagógicas do 2º grau. Com a reforma curricular de 1998, houve a nucleação da área com a criação das disciplinas História e Geografia para início de escolarização e do Projeto interdisciplinar 4 – História e Geografia.

Os professores Antonio Fávero Sobrinho e João Roberto Vieira, procedentes da Secretaria de Educação e com experiência de coordenação das áreas de História e Geografia no 1º e 2º graus, contribuíram para romper com a concepção herdada do regime militar na qual predominava uma visão patriótica e conservadora em termos de cidadania e visão de mundo. Nesse processo, a participação conjunta na oferta do Seminário Integrador de História e Geografia permitiu estabelecer um diálogo com os professores da rede pública que se mantinham presos à concepção de Estudos Sociais. Ainda na década de 1990, a área contou com a presença do professor Francisco Beleza, que foi reintegrado aos quadros da universidade após sua demissão, nos anos 1960, por ocasião da extinção do Centro Integrado de Ensino Médio (Ciem), logo no início do regime autoritário.

A partir de 2007, a área se fortaleceu com a ampliação de vagas e o ingresso das professoras Maria Lídia Bueno Fernandes, Renísia Cristina Garcia Filice e Maria Cristina Costa Leite, que já desenvolviam atividades no MTC em decorrência do convênio com a Secretaria de Educação do DF. Com esse quadro de docentes, a área recebeu a denominação de Educação, Geografia e História, assumindo plenamente suas atividades em termos de ensino, pesquisa e extensão. No ensino de graduação, a área é responsável pela oferta dos campos curriculares obrigatórios de Ensino de História, Identidade e cidadania e Educação em Geografia, assim como pelos seguintes campos optativos: Oficina de ensino de História: lugares de memória DF; Linguagem – diferentes linguagens para o ensino de Geografia; e Tópicos especiais em prática pedagógica: cartografia escolar.

No entanto, é no campo curricular dos Projetos de estudos e pesquisas educacionais 3, 4 e 5, destinados à iniciação à pesquisa e à docência, que os docentes articulam a relação ensino-pesquisa-docência tendo como referência eixos temáticos relativos ao ensino de História e de Geografia no Distrito Federal, com enfoque para os sujeitos, suas lutas, demandas e conquistas na perspectiva da história local e individual. O grande eixo articulador da área de Educação, História e Geografia é a linha de pesquisa denominada História e Geografia no Distrito Federal e Entorno, que já acumula uma diversidade de estudos, pesquisas e produções acadêmicas, contando com a participação de alunos.

Na subárea de Ensino de História, enquanto o professor Antonio Fávero Sobrinho nucleia suas atividades acadêmicas articulando as relações entre sujeitos e lugares de memória no DF, a professora Renísia Filice concentra os seus esforços acadêmicos no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas, História e Educação das Relações Raciais e de Gênero (Geppherg), que desenvolve estudos e pesquisas procurando evidenciar a indissociabilidade entre raça, classe e gênero, na proposição, implementação e avaliação de políticas públicas que buscam minimizar a desigualdade social no país.

As professoras de Geografia Maria Lúcia e Maria Cristina articulam o ensino-pesquisa-docência tendo como referência eixos temáticos relativos ao ensino de Geografia, tendo no centro do processo investigativo “o território e a territorialidade” no/do DF e Entorno, buscando trabalhar as múltiplas identidades em sua vinculação com a espacialidade.

Área de Educação infantil

A presença curricular da área de Educação infantil ocorreu com a Reformulação de 1988, no contexto de criação da habilitação em Magistério para início de escolarização. A constituição da área está associada à presença da professora Maria de Fátima Guerra de Souza, que ingressou no MTC em 1982. Inicialmente a sua participação acadêmica se dava junto à habilitação em Tecnologia educacional, responsável pela oferta da disciplina Instrução programada, visto que naquele momento a educação de zero a sete anos ainda não havia sido legitimada no curso de Pedagogia.

Com experiência acumulada na Coordenação da Educação Infantil do Ministério da Educação e indicada como membro da reforma curricular, Fátima Guerra propôs a criação da disciplina Educação infantil. Naquele momento estavam em curso “movimentos nacionais em defesa da valorização da infância, reuniões articuladas pelo Decanato de Assuntos Comunitários, com participação dos professores Vicente Faleiros e Eva Faleiros, que defendiam medidas socioeducativas aos meninos e meninas de rua no Distrito Federal”.

Na década de 1990, com o ingresso de Maria Fernanda Cavaton, a área ampliou o espaço curricular formativo, incluindo um novo campo de prática acadêmica, denominado Formas de expressão da criança de zero a seis. Por fim, em 2010, houve o ingresso de Fernanda Miller, que se destacou pela formação do educador a partir de uma perspectiva histórico-cultural.

No atual *Projeto Acadêmico do curso de Pedagogia*, a área de Educação infantil objetiva formar pedagogos e pedagogas para

atuarem na educação infantil conhecendo a relação teoria-prática e entendendo os desafios históricos, sociais e culturais contemporâneos relacionados às práticas pedagógicas e educativas voltadas às crianças de até cinco anos atendidas em creches e pré-escolas. Também objetiva abordar os conceitos de infância e de criança e as diretrizes legais voltadas para essa etapa inicial da educação básica.

A área compõe-se a partir de referências inter e multidisciplinares, considerando, além dos campos da Educação, as contribuições advindas de áreas tais como: Psicologia Sociocultural e do Desenvolvimento Humano, Sociologia e Antropologia. Como eixos de pesquisa, a área tem produzido trabalhos sobre as seguintes temáticas: qualidade da educação infantil; formas de expressividade da criança pequena; formação de professores/as de educação infantil e processos interativos de pares.

Área de Arte, pedagogia e cultura

Por vários anos o ensino de Artes esteve fora do âmbito do MTC. Inicialmente era responsabilidade do Instituto de Artes e, posteriormente, do Departamento de Teorias e Fundamentos que ofertava a disciplina Fundamentos da Arte em Educação. Com a reforma curricular de 1988, o MTC incorporou ao seu currículo a disciplina Fundamentos da arte em educação e criou o componente curricular Artes para início de escolarização. A partir de então, a área ganhou visibilidade com o trabalho da professora Maria Isabel Magalhães, cuja presença no MTC foi marcada pela sua ousadia em estabelecer um diálogo interdisciplinar com a psicanálise.

A partir 2003, a área ganhou consistência acadêmica com a presença de Neuza Maria Deconto. Professora de Artes, cedida pela Secretaria de Educação, Neuza Deconto se destacou por imprimir em seu trabalho acadêmico o enfoque da corporeidade como elemento formativo essencial ao pedagogo. Hoje a área conta com Lúcio Telles, que articula, no processo formativo, a relação e interação entre arte e as linguagens tecnológicas; e Patrícia Pederiva, que se destaca pela incorporação da linguagem musical na formação do pedagogo.

Área de Ciências

A área de Ciências inicialmente contou com a participação de Vera Pimenta, que foi mentora da criação do Laboratório de Ciências. Com sua aposentadoria, Maria Helena Carneiro, procedente do Instituto de Biologia, fortaleceu e ampliou as atividades do Laboratório como espaço experimental de ensino de Ciências dialogando com as tecnologias. A área contou também com a participação de Erika Zimmermann, que atuou com foco no ensino de Ciências, mais precisamente discutindo e investigando objetos próprios da didática da Física na escola básica.¹² Mais recentemente, houve o ingresso de Graciela Watanabe.

Atualmente a área é responsável pela oferta das disciplinas Ensino de Ciências e educação não formal e Ensino de Ciências e tecnologia, que, articuladas à pós-graduação, visam à formação em conhecimentos científicos do pedagogo, levando em conta os aspectos históricos e as especificidades epistemológicas do processo

¹² A professora Erika Zimmermann faleceu em 2011.

de disciplinarização dos conhecimentos científicos e tecnológicos; a expressão dos conteúdos disciplinares na prática pedagógica em materiais curriculares (livros didáticos, *software*, documentário, etc.), nos meios de comunicação e em outros espaços de divulgação do conhecimento científico; e a abordagem de ensino e aprendizagem dos conhecimentos científicos e tecnológicos nos diferentes níveis de escolaridade e contextos de aprendizagem.

Todas essas atividades acadêmicas da área também se caracterizam por sua interlocução com professores da rede pública, com as licenciaturas de Biologia e de Química e com as atividades de ensino e pesquisa no Programa de Pós-Graduação da FE.

O MTC e sua participação em projetos de formação continuada de educadores

A participação dos docentes do MTC transcende aos limites das atividades curriculares inerentes à estrutura acadêmica da universidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ao exigir a formação do pedagogo em nível superior, propiciou à Faculdade de Educação – e ao MTC, em particular – a oportunidade de participar de experiências destinadas à formação continuada dos professores.

As principais demandas partiram da rede pública do Distrito Federal, que visava dar formação continuada aos diversos quadros de professores. Em 1998, a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicitou à Universidade de Brasília a oferta do curso de Licenciatura plena para professores das Matérias de formação especial do currículo de 2º grau – esquema I, considerando que

existem no sistema oficial de ensino do DF 1.500 professores não habilitados para o Magistério os quais necessitam complementar sua formação para efeito de se posicionarem no Quadro de Carreira do Pessoal de Magistério da Fundação Educacional do DF, como portadores de Licenciatura plena. (SEEDF, 1987, p. 1).

Como desdobramento de tal solicitação, o Conselho Federal de Educação aprovou a criação do referido curso pela Faculdade de Educação da UnB. A relatora Ana Bernardes da Silveira Rocha, em seu parecer, destaca que a criação desse curso:

é uma oportunidade de uma maior e mais próxima articulação no sistema de ensino e um meio imprescindível para que se estabeleça e se mantenha, nas suas funções acadêmicas, a relação teoria-prática. (BRASIL, 1987, p. 2).

A parecerista também ressalta que, para a Universidade de Brasília e para a FE, a abertura do horário noturno propiciou a realização de “uma experiência que vem atender aos anseios da comunidade do Distrito Federal, que há muito solicita o funcionamento desta Universidade” (BRASIL, 1989). Para o MTC, a oferta desse curso propiciou à área de Didática e às disciplinas de Psicologia e Organização da Educação no Brasil experienciar novos formatos curriculares por meio dos quais se buscava a interdisciplinaridade e o planejamento participativo.

Diante dos resultados positivos do curso de Licenciatura plena para professores das Matérias de formação especial do currículo de 2º grau – esquema I, em 2000, a Secretaria de Educação do

Distrito Federal, seguindo a LDB, apresentou um projeto ambicioso, visando estender o curso superior em pedagogia a 5 mil professores da rede pública que eram portadores de diploma em nível médio de normalista.

Essa demanda tornou-se realidade com a oferta do Programa de formação de professores das séries iniciais (PIE), realizada pela Faculdade de Educação da UnB em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal no período de 2000 a 2005, coordenada pela professora do MTC, Stella Maris Bortoni-Ricardo. Diante dessa experiência exitosa, em 2006, a Secretaria de Educação do Estado do Acre (Seac) solicitou à Faculdade de Educação a oferta do curso de Pedagogia a distância (PED-EaD), visando formar 1.400 professores em exercício, que foi coordenado por docentes do MTC, tendo à frente a professora Laura Maria Coutinho e o professor Lúcio Telles.

O PED-EaD destinava-se aos professores de Magistério do estado do Acre que se encontravam em efetivo exercício na educação básica infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental e aos que possuíam habilitação em Magistério de nível médio. Essas duas propostas, não obstante suas singularidades, apresentavam estruturas curriculares similares, pois contemplavam no processo educativo três dimensões interligadas: organização do trabalho pedagógico, organização do processo educativo e organização do processo social. O desenvolvimento desses projetos contou com a participação de docentes do MTC, como autores de módulos de ensino e também como coordenadores.

Chamada da saudade

*Velhos colegas daquele tempo,
onde andam vocês?*

[...]

*Velhos colegas daquele tempo.
Quantos de vocês respondem
esta chamada de saudades
e se lembram da velha escola?*

E a Mestra?[...]

Está no Céu.

Tem nas mãos um grande

livro de ouro

e ensina a soletrar aos anjos.

(Cora Coralina)

Ao longo desses 50 anos do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação, o MTC contou com a participação de várias gerações de educadores que, por meio de seus imaginários, traduzidos em práticas discursivas, reformas curriculares, projetos, pesquisas e publicações, lutaram para uma nova educação e uma nova escola se tornassem realidade.

Tal como Cora Coralina fez “a chamada da saudade” de seus “velhos colegas”, encerramos este artigo-memória com a “chamada de saudade” de todos aqueles que nesses anos marcaram sua presença no MTC, prestando homenagem aos que participaram da construção da história e da memória do MTC:

Aloylson Gregório de Toledo Pinto

Benigna Maria de Freitas Villas Boas

Célio da Cunha

Eda Coutinho Barbosa Machado de Sousa

Francisco de Assis Trindade Beleza

Giannetti Olivatti Menegazzi

Ilma Passos Alencastro Veiga

Jacira da Silva Câmara

José Florêncio Rodrigues Júnior

José Luiz Braga

Laura Maria Coutinho

Margarida Jardim Cavalcante

Maria da Glória O. C. Borges

Maria das Graças da Silva

Maria Luiza Pereira Angelim

Maria Regina Zmith Calazans

Maria Rosa Abreu Magalhães

Maria Teresa Piancastelli de Siqueira

Renato Hilário dos Reis

Rita Carolina Veresa Bruzzi

Sandra Magda von Tiesenhausen de Sousa

Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo

Teresinha Rosa Cruz

Vani Moreira Kenski

Veralúcia Pimenta de Moura

Em vários momentos da história do MTC, para que pudéssemos usufruir nossas licenças médicas, licenças-prêmios, de capacitação e de pós-doutorado e nossas aposentadorias, contamos com a

participação temporária de dezenas de professores substitutos, cujos nomes, infelizmente, não temos condições de lembrar.

A título de agradecimento, deixamos, a esses/as professores/as, o nosso registro coletivo da relevância acadêmica por terem exercido

[...] com competência e originalidade atividades acadêmicas de pesquisa e extensão, além de contribuírem significativamente como integrantes em várias comissões, especialmente as que subsidiavam a vida acadêmica estudantil. A mim me parece que a referência a esses colegas como soluções paliativas à política econômica dos governos neoliberais pode empalidecer a sua real importância histórica na construção de nossa identidade, e minimiza a qualidade do jogo das interlocuções pedagógicas que, por sua diversidade e complexidade, sempre foi um traço marcante do Colegiado do MTC. Afinal, uma das nossas maiores lutas históricas foi, em alguns momentos, instituir colégios eleitorais em que nenhuma força trabalhadora ou categoria estudantil fosse alijada do seu poder de decisão.¹³

Não podemos nos esquecer de que, no decorrer de um período de 15 anos, os/as docentes Maria do Carmo, Sérgio Waldek, Norma Queiróz, Neuza Deconto, Simone e Kalil marcaram sua presença no MTC por meio de parcerias e que:

O compromisso político e as contribuições acadêmicas da maioria destes professores mudou a fisionomia da formação disponibilizada aos nossos estudantes. As interlocuções pedagógicas sempre foram geradoras de novas estratégias de mudança curricular,

¹³ Depoimento da professora Sandra Vivacqua.

seja no âmbito do nosso Colegiado, seja em fóruns deliberativos da FE, seja como partícipes de inúmeras Comissões de estudo e trabalho que subsidiaram e nortearam estas mudanças.¹⁴

Estendemos também os nossos agradecimentos aos funcionários Fátima, Bernadete, Luís Alberto, Auberto, Cristina Danick, Maristela, Juliane e Ana Paula, que sempre nos apoiaram administrativa e tecnicamente para que, coletivamente, tivéssemos condições para realizar o nosso compromisso de sermos formadores de educadores.

E, por fim, aos mestres que nos deixaram lembranças e saudades:

Anésio Pereira Mendonça

Elicio Bezerra Pontes

Érica Zimmermann

Maria Isabel Magalhães

José Elias Antonio Damasceno

Lucia Maria da Cruz Susart

Maria Lucília Neves Aires de Alencar

Este artigo-memória, muito mais que

descrever o passado, visa nos colocarmos diante de um patrimônio de ideias, projetos e experiências. A inscrição de nosso percurso pessoal e profissional nesse retrato histórico permite uma compreensão crítica de "quem fomos" e "como somos". (NÓVOA, 2015).

¹⁴ Depoimento da professora Sandra Vivacqua.

Referências

BISSOLLI DA SILVA, Carmem Silvia. Diretrizes curriculares para o curso de pedagogia no Brasil: um tema vulnerável às investidas ideológicas. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Câmara Sesu. *Parecer nº 465/1989*. Brasília, 6 jun. 1989. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd004395.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

_____. *Parecer CNE/CP Nº 5/2005*. Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. Brasília, DF, 2005.

_____. *Resolução CNE/CP nº 1/2006*. Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. Brasília, 2006.

BRZEZINSKI, Iria. Faculdade de Educação da UnB: da utopia ao projeto real. *Cadernos Linhas Críticas*, Brasília, v. 3, n. 3, p. 31-48. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6153/5064>. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. *Pedagogia, pedagogos e formação de professores*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Pedagogo: delineando identidade(s). *Revista UFG*, Goiânia, ano XIII, n. 10, p. 121-132, jul. 2011.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. *Educação & sociedade*, ano XX, n. 68, dez. 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Prog. História*, São Paulo, PUC-SP, v. 10, p. 7-29, 1993.

NÓVOA, Antonio. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Coord.). *Profissão professor*. Porto: Porto, 1995.

NUNES, Clarice; PIMENTEL, Marília; PEIXOTO LEAL, Maria Cristina; PEIXOTO, Ana Maria Casassanta; LINHARES, Célia. *História e Memória da Escola Nova*. São Paulo: Loyola, 2003.

PANOZZO, Neiva Senaide Petry. Formação de pedagogos: um olhar presente acolhe o passado. In: ANPED SUL, 10., Florianópolis, out. 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

_____. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINTO, A. G. de T. (Org.). *Os cursos noturnos de licenciatura: um projeto acadêmico orgânico para a Universidade Brasília*. Brasília: Universidade de Brasília; Decanato de Ensino de Graduação, 1993.

PLANO de Operação para o Projeto de Formação de Magistério. 1964.

RIBEIRO, Darcy. *Carta: falas, reflexões, memórias. A invenção da Universidade de Brasília*. n. 14. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

ROCHA, Lucia Maria da Franca. O legado de Anísio Teixeira em relação à Faculdade de Educação da UnB. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0435.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da. *Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade*. São Paulo: Autores Associados, 1999.

STEPHANOU, Maria; BASTOS Maria Helena Câmara (Org.). *História e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005. v. II – Século XX.

TANURI, Leonor. História da formação de professores. In: SAVIANI, Dermeval; CUNHA, Luiz Antonio; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *500 anos de educação escolar*. São Paulo: Anped; Autores Associados, 2000.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UnB. Faculdade de Educação. Departamento de Métodos e Técnicas. *Memorando nº 120*, encaminhado ao Decanato de Ensino de Graduação. Brasília, 1988.

_____. Faculdade de Educação. *Proposta de Reformulação da Licenciatura de Pedagogia*. Set. 1988.

_____. *Regimento da Faculdade de Educação*. Brasília, 1967.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UnB. *Regimento da Universidade de Brasília*. 1974.

_____. *Regimento Geral da Universidade de Brasília*. Brasília, 1978.

VIEIRA, Maria Clarisse; SOUZA, Maria Emília Gonzaga de; SILVA, Denise Mota Pereira. Repensando a formação do pedagogo: a experiência do currículo da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília no Prodocência. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9., João Pessoa, 31 jul.-3 ago. 2012. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.42.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Curitiba: PUC; Palmas: Unics; Ponta Grossa: UEPG, 2004. p. 13-35.

Depoimentos

Cristiano Alberto Muniz. Depoimento gerado em 28 out. 2015.

José Luiz Braga. Depoimento gerado em 1º nov. 2015.

Renato Hilário do Reis. Depoimento gerado em 11 out. 2015.

Sandra Vivacqua. Depoimento gerado em 17 nov. 2015.

As discussões em torno da educação superior e, em particular, das Faculdades de Educação vêm ganhando relevo no cenário das pesquisas educacionais em função da consciência cada vez mais alargada na sociedade sobre a importância da educação para o desenvolvimento e para a construção da cidadania. A aprovação de dois Planos Nacionais de Educação, a partir de 2001, permitiu que as políticas educacionais em curso se instituísem como políticas de Estado, nas quais a importância da formação dos profissionais da educação, função primordial das Faculdades de Educação, adquiriu condição especial.

A presente obra aborda a história da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, concebida como unidade acadêmica que visava a superação dos então existentes Departamentos de Educação no interior das Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas das universidades. Apresenta a proposta de constituição da Faculdade como célula *mater* da Universidade e remonta à elaboração do projeto e sua implementação a partir de 1966. Destaca os desafios próprios de uma instituição universitária que enfrentou, logo em seus primeiros anos de vida, as dificuldades impostas pelo regime de exceção que se instalou a partir de 1964. Como uma coletânea de textos de professores-pesquisadores dessa unidade, a obra trata de todas as áreas de atuação, relatando minuciosamente a história, a estrutura e a dinâmica de funcionamento de sua gestão, de seus departamentos, do ensino de graduação e pós-graduação, das atividades de extensão e da educação a distância.

Erasto Fortes Mendonça

Professor aposentado e ex-diretor da
Faculdade de Educação da UnB